

# TRABALHO INFANTIL E POBREZA DA POPULAÇÃO FEMININA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA INTERRELAÇÃO ENTRE ESTES DOIS FATORES

*CHILD LABOR AND POVERTY OF BRAZILIAN FEMALE POPULATION: A DISCUSSION  
OF THE RELATIONSHIP BETWEEN THESE TWO FACTORS*

Janete Leige Lopes<sup>1</sup>  
Rosangela Maria Pontili<sup>2</sup>  
Ana Roberta de Almeida<sup>3</sup>

## RESUMO

Existem no Brasil, atualmente, mais de cinco milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 e 17 anos, exercendo alguma atividade laboral. Observando esta realidade, a grande preocupação das pesquisas que discutem o assunto está na possível existência de um círculo vicioso: trabalho infantil, desemprego e pobreza se alimentam. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi o de verificar se a inserção precoce de mulheres no mercado de trabalho condenou-as à continuidade de seu estado de pobreza. Para tanto, fez-se uso de um modelo *probit*, aplicado aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano 2009. Os resultados comprovaram que quanto menor a idade de inserção no mercado de trabalho, maiores as chances de ingresso e/ou permanência nas condições de pobreza. Em vista disso, sugeriu-se a manutenção e/ou incentivo de políticas públicas ou iniciativas que objetivem o combate ao trabalho infantil na população feminina brasileira.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil. Mulher. Pobreza.

## ABSTRACT

In Brazil there are currently more than five million children and adolescents aged 5 to 17 years, performing some work activity. Noting this reality, the major concern of the research argue that the issue is the possible existence of a vicious circle: child labor, unemployment and poverty are feeding. Thus, the aim of this study was to determine whether the inclusion of women in early labor condemned them to continue their state of poverty. As such, there is use of a probit model applied to data from the National Household Sample Survey (PNAD) of 2009. Results showed that the younger the age of entering the labor market, the greater the chances of admission and / or stay in poverty. As a result, it was suggested maintenance and / or encouragement of public policies and initiatives that aim at combating child labor in Brazilian women.

**Keywords:** Child labor. Women. Poverty.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná, campus Campo Mourão. Grupo de pesquisa: Desenvolvimento econômico e social, sob a perspectiva regional e urbana. E-mail: j\_llopes@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Assistente da Universidade Estadual do Paraná, campus Campo Mourão. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste – *Campus* de Toledo. Grupo de pesquisa: Desenvolvimento econômico e social, sob a perspectiva regional e urbana. E-mail: rpontili@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná, campus Campo Mourão. E-mail: ana\_robertaa@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Embora não seja um problema da atualidade, no Brasil, o trabalho infantil adquiriu maior visibilidade no período colonial e durante a implantação do regime escravagista, quando se passou a submeter crianças índias e negras aos rigores das atividades laborais. Mesmo com as transformações vividas no país, com o processo de industrialização, atualmente a participação de crianças no processo produtivo se manteve semelhante às estruturas do período colonial (BRASIL/MTE, 2004).

Entretanto, Kassouf (2002) salienta que conceituar trabalho infantil não é tarefa tão simples quanto parece, pois a própria definição de criança difere de um país para outro, estando ora relacionada à idade cronológica, ora associada a fatores sociais e culturais, ou ainda ao momento em que o indivíduo está pronto para o ingresso no mercado de trabalho. Para a OIT (2001, p. 13) o trabalho infantil é definido como sendo “aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país”.

O trabalho infantil também é caracterizado como o desempenho de uma atividade produtiva de forma regular, por parte de uma criança ou adolescente, gerando ou não renda para seu sustento e de sua família. Assim, o termo trabalho infantil diz respeito ao conceito de exploração de mão de obra que acarreta consequências negativas para as crianças, principalmente, os prejuízos relacionados à vida escolar, ao reflexo sobre a saúde e ao desenvolvimento das mesmas (PERES e BENEDICTO, 2003; NICOLELLA, 2006; KASSOUF *et al.*, 2004).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é reconhecido como um marco regulatório sobre os direitos da criança e do adolescente e define como criança a “pessoa que ainda não completou 12 anos de idade, enquanto que o adolescente tem entre 12 e 18 anos de idade”. Além disso, a Constituição Federal de 1988 (art. 7º, XXXIII) admite o trabalho, em geral, a partir dos 16 anos, exceto nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos quais a idade mínima se dá aos 18 anos. A Constituição admite, também, o trabalho a partir dos 14 anos (art. 227, § 3º, I), mas somente na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII).

Até mais ou menos a década de 1980, havia um consenso no Brasil de que o trabalho infantil era entendido como sendo um fator positivo, tendo em vista situações de pobreza, de exclusão e de risco social em que vivia grande parte das crianças e adolescentes. Tal forma de pensar era compartilhada por toda a sociedade. Assim, frases como: “é natural o pai ensinar o trabalho para o filho”, ou “é melhor a criança trabalhar do que ficar na rua exposta ao crime e aos maus costumes”, e ainda, “trabalhar educa o caráter da criança”, ou “é bom a criança ajudar na economia da família”, traduziam a noção de que trabalhar era solução para a criança. Os empregadores entendiam que estavam fazendo um favor à criança e à família, pois estavam dando a ela uma oportunidade de “aprender um ofício” ou “ganhar uns trocados”, ou “aproveitar o tempo em algo útil”. Este conjunto de ideias se manteve inquestionável durante séculos (OIT, 2007).

Para Lopes, Souza e Pontili (2008), o trabalho infantil e a inserção precoce no mercado de trabalho têm sido alvo de constantes discussões por diversos pesquisadores, não só em decorrência dos efeitos negativos que o trabalho precoce causa na vida das crianças, mas, acima de tudo, pelo fato de que, quando adultos, estas crianças terão seu

futuro comprometido. Para Satyarthi (2006), há uma relação triangular de causa e consequência, no sentido de que numa ponta está a pobreza; na outra, o analfabetismo; e, na terceira, o trabalho infantil. Mas o trabalho infantil também gera pobreza, uma vez que as crianças que trabalham continuam pobres e seus filhos também irão trabalhar e dar continuidade a esse estado de pobreza. Esse fato se repete com a educação, porque muitas pessoas acreditam que a pobreza é responsável pelo analfabetismo, contudo além desta relação entre os dois fatores, ocorre um fenômeno em que um acentua e dá continuidade ao outro.

Schwartzman (2001) corrobora este pensamento ao afirmar que grande parte do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil está diretamente ligada às condições de pobreza de suas famílias, uma vez que a contribuição para a renda familiar pode ser fundamental à sobrevivência das mesmas. Para Lima (2002), o trabalho infantil é consequência da centralização de renda nas mãos de poucos e da pobreza que desse fator resulta.

A OIT (2007) entende que o trabalho infantil não é um fenômeno de causa única. Para este Órgão, as condições sociopolíticas se interrelacionam, criando as condições para que exista o trabalho infantil em uma determinada sociedade, podendo-se relacionar: à pobreza, à cultura de cada sociedade, à acessibilidade social, à falta de oportunidades, à falta de qualidade e cumprimento da obrigatoriedade da educação, aos problemas intrafamiliares, além da baixa efetividade das políticas que tratam deste tema.

Sobre a relação entre trabalho infantil e escolaridade, nota-se que a dificuldade de permanência dos jovens no mercado de trabalho é decorrente dos baixos níveis de educação ou qualificação (FLORI, 2003). Para Basu e Tznnatos (2003), a dedicação diária das crianças ao trabalho causa a redução de oportunidades de ingresso na vida escolar. Além disso, Gali (2001) expõe que a criança, ao desempenhar atividades que deveriam ser executadas por adultos, promove um impacto negativo sobre o salário e o emprego dos adultos, o que pode até mesmo afetar o crescimento econômico de um país no longo prazo.

Kassouf (2002), ao analisar o trabalho infantil no Brasil, verificou que pessoas inseridas no mercado de trabalho precocemente sofrem com a baixa remuneração na vida adulta, pelo fato de que a maioria exerce atividades que não exigiam conhecimentos ou habilidades o que, conseqüentemente, minimiza suas oportunidades, principalmente de melhores salários.

De acordo com Schultz (1973), a escola possui uma importância primordial na vida do indivíduo, visto que a ela compete produzir instrução, o que maximizará as oportunidades de elevação de rendas futuras. Entretanto, como expõe Ferreira (2005), em busca de melhorias na renda familiar, muitas crianças e adolescentes acabam por abandonar a escola. Dessa maneira, ao invés de ajudar na renda da família, estas são **condicionadas a um estado de pobreza permanente**, diretamente ligado à baixa frequência escolar. Para o autor, se o Brasil alcançasse maiores níveis de escolaridade, o índice de pobres e indigentes reduzir-se-ia visivelmente.

Em vista do exposto, o objetivo principal deste trabalho foi o de verificar e discutir a possível inter-relação entre trabalho infantil e pobreza para a população trabalhadora brasileira, do sexo feminino. Para tanto, fez-se uma análise econométrica, a partir do modelo *probit*, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano 2009. Em complemento, analisaram-se estatisticamente algumas

características sociais e econômicas das mulheres brasileiras trabalhadoras, a fim de comparar aquelas em estado de pobreza, com aquelas pertencentes a famílias de renda mais elevada.

Para atingir os objetivos propostos optou-se por dividir este estudo em 4 seções, além dessa introdução. Na segunda seção, apresentam-se os dados escolhidos para realizar a análise, bem como o modelo econométrico que permitiu analisar a interrelação entre trabalho infantil e pobreza das mulheres trabalhadoras. Na terceira seção, são discutidas as características socioeconômicas das mulheres trabalhadoras brasileiras. A quarta seção discute os resultados do modelo econométrico e as respectivas considerações sobre o mesmo. Na última seção, apresentam-se as considerações finais.

## 2. METODOLOGIA E DADOS

Embora a pobreza seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, neste estudo, pobreza e indigência estarão associadas somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas de um indivíduo. Para Loureiro e Suliano:

“um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo. Esta definição de pobreza é amplamente utilizada como critério de concessão de benefícios para programas governamentais voltados para a população vulnerável. Já a linha de indigência é definida em um quarto de um salário mínimo por mês”. (LOUREIRO E SULIANO, 2009, p. 5)

Em vista disso, o trabalho aqui desenvolvido selecionou a população feminina trabalhadora, com idade entre 18 e 70 anos e também as características dessa população que seriam objeto de estudo. Verificou-se a renda recebida por essas mulheres no mercado de trabalho, sua renda familiar *per capita*, seu nível de escolaridade em número de anos de estudo, sua idade, sua cor ou raça, o setor de atividade em que estavam inseridas, seu local de residência e, para finalizar, a idade com que as mesmas iniciaram suas atividades laborais. Para a seleção destas informações, a base de dados escolhida foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2009. Este sistema de pesquisas domiciliares foi implantado a partir de 1967 e tem a finalidade de produzir informações básicas, que permitam estudar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Desde 1971 os levantamentos da PNAD são anuais, com realização no último trimestre de cada ano e, para a análise aqui proposta, identificaram-se as mulheres que declararam estar trabalhando no período de referência de 365 dias, chegando a um total de 87.160 observações.

Feita a seleção da amostra analisou-se o perfil socioeconômico das mulheres trabalhadoras do Brasil, apresentando o total e/ou percentual de pessoas com as características acima mencionadas.

Para verificar a interrelação entre a probabilidade de permanência nas condições de pobreza e indigência e as variáveis socioeconômicas mencionadas, dando-se ênfase à

interrelação com o trabalho infantil, realizou-se um modelo *probit*, o qual é comumente utilizado quando se tem variável dependente qualitativa (GREENE, 2003). A forma funcional do modelo é a seguinte:

$$y = F(\mathbf{x}_c, \mathbf{x}_{ti}) \quad (1)$$

onde:

$y$  é a probabilidade de uma mulher trabalhadora estar (ou não) em condições de pobreza ou indigência. Atribuiu-se valor *um* à variável  $y$  nos casos em que a renda familiar *per capita* era igual ou inferior a meio salário mínimo, o que era um indicativo de que a trabalhadora era pobre ou indigente. Para o caso em que as trabalhadoras tinham renda familiar *per capita* superior a meio salário mínimo foi atribuído valor *zero* à variável  $y$ .

$\mathbf{x}_c$  é identificado como o vetor das variáveis explicativas que representam as características individuais das mulheres brasileiras trabalhadoras, sendo elas: a idade, a idade ao quadrado, a situação do domicílio (rural ou urbano), o número de anos de estudo, sua cor ou raça e o setor de atividade em que estavam inseridas.

$\mathbf{x}_{ti}$  é o vetor que representa a idade de ingresso no mercado de trabalho, o qual foi transformado em variáveis *dummies* agrupadas de modo que: a primeira *dummy* é igual a 1, se a pessoa começou a trabalhar com idade inferior a 10 anos e zero, caso contrário; a segunda *dummy* é igual a 1, quando a trabalhadora iniciou-se no mercado de trabalho com idade entre 10 e 14 anos e zero, caso contrário; a terceira *dummy* é igual a 1 quando o ingresso no mercado de trabalho ocorreu entre 15 e 17 anos e zero, caso contrário; a quarta e última *dummy* é igual a 1 se a entrevistada declarou que iniciou suas atividades laborais com idade superior a 17 anos e zero, caso contrário.

Vale aqui ressaltar que, tanto as estatísticas, quanto a análise econométrica foram ponderadas pelo fator de expansão da amostra da PNAD/2009, o que permite extrapolar a análise para a população como um todo. O programa utilizado para fazer a seleção do banco de dados e a análise estatística do mesmo foi o *SAS for Windows V8*. Para realizar a análise econométrica fez-se uso do *Stata 8.0*.

### 3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES TRABALHADORAS DO BRASIL

Esta seção tem por objetivo apresentar, através de uma análise estatística, o quadro socioeconômico das mulheres, inseridas precocemente no mercado de trabalho. O gráfico 1 apresenta a população total do Brasil, de acordo com o sexo. Observa-se, deste modo, que no ano 2009, o Brasil contava com uma população de 191.795.854 habitantes, dos quais 93.356.489 eram homens e 98.439.365 eram mulheres.

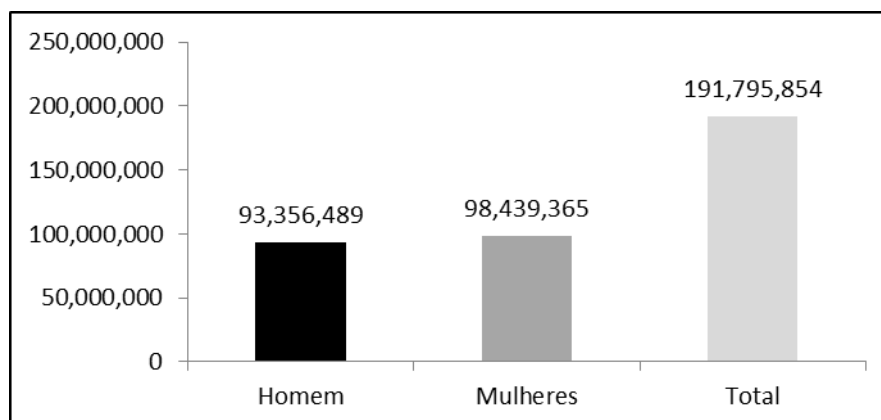


Gráfico 1: População total do Brasil, segundo o sexo - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

No gráfico 2, é possível verificar a população do Brasil com idade entre 18 e 70 anos, notando-se que esta possui um total de 126.191.103 habitantes. Desse total, 47,99% são homens e 52,01%, mulheres.

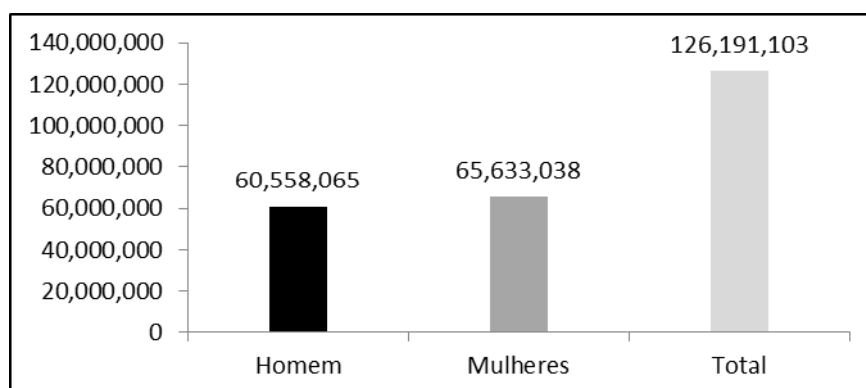


Gráfico 2: Total da população brasileira, com idade entre 18 e 70 anos, segundo o sexo - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

O total de mulheres trabalhadoras, com idade entre 18 e 70 anos, subdividido de acordo com o fato de estar trabalhando, ou não, pode ser visto no gráfico 3. Tem-se, assim, que de um total de 65.633.038 mulheres, 41.807.935 ou 63,7% declararam estar trabalhando, enquanto 23.825.103 declaram não estar executando nenhuma atividade laboral, o que corresponde a 36,3% da população feminina total.

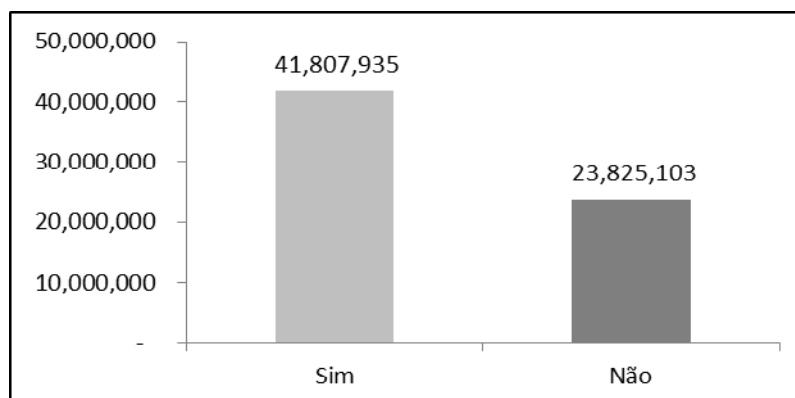


Gráfico 3: Total da população feminina trabalhadora, com idade entre 18 e 70 anos, segundo o fato de estar trabalhando, ou não - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

A partir das informações apresentadas no Gráfico 4, concentra-se a atenção somente na população de mulheres trabalhadoras, com idade entre 18 e 70 anos. Em relação à idade com que estas mulheres começaram a trabalhar, observa-se, no Gráfico 4, que das 41.807.935 mulheres trabalhadoras, 28.842.295, iniciaram sua vida profissional antes dos 17 anos de idade. Ou seja, embora a Constituição Brasileira proíba o ingresso no trabalho antes dos 17 anos, este fato não se verifica na prática para uma grande parte da população. Nota-se, ainda, que 4.179.858 dessas mulheres iniciaram suas atividades laborais com idade inferior a 9 anos, ou seja, 10% do total de mulheres trabalhadoras. Além disso, 13.646.045 mulheres já estavam trabalhando com idade entre 10 e 14 anos e 11.016.392 já faziam parte do mercado de trabalho com idade entre 15 e 17 anos.

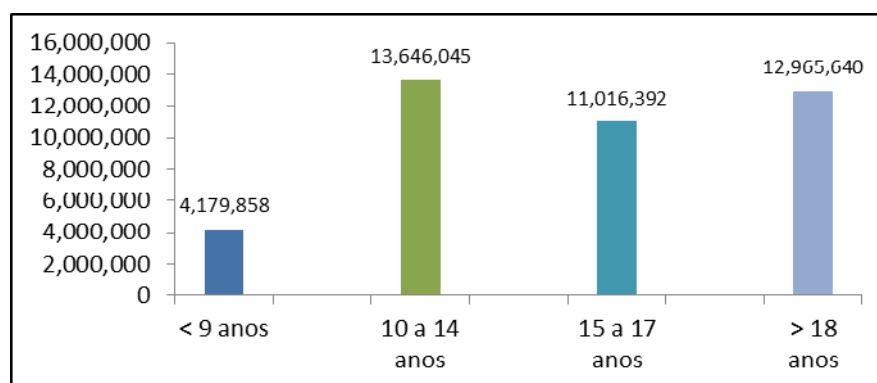


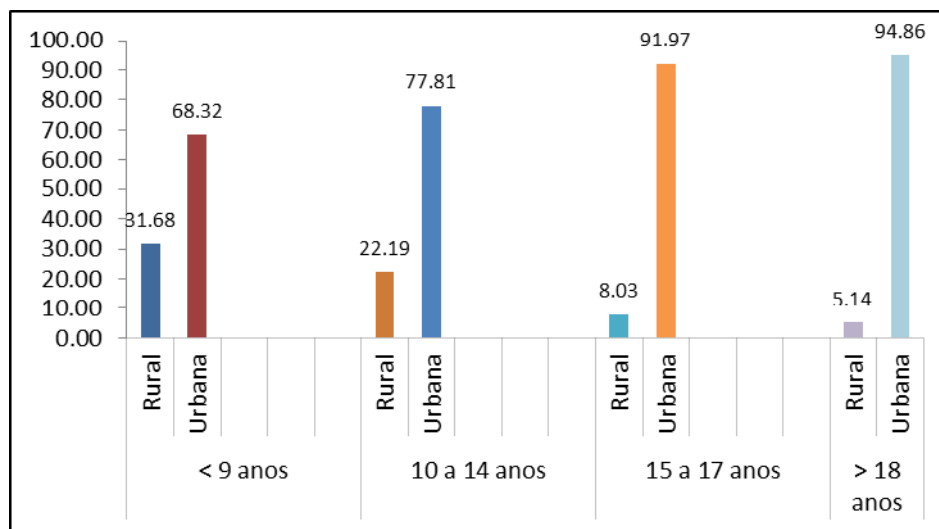
Gráfico 4: Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

Alguns pesquisadores, como Dias e Dias (1999), têm enfatizado que os baixos níveis de escolaridade, que podem ter como causa o ingresso precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, podem obrigar um indivíduo a submeter-se a trabalhos pesados de baixa remuneração, na fase adulta. Levando em consideração esta questão, procurou-se saber qual era a zona de residência das mulheres trabalhadoras, entendendo que seu nível escolar pode ter sido sacrificado em função de sua entrada precoce no mercado de trabalho. Neste caso, acredita-se que hoje estas mulheres

desempenhem tarefas que não exijam qualificação. Muitas dessas tarefas são desempenhadas no meio rural.

O Gráfico 5 mostra que 31,68% das mulheres que começaram a trabalhar com menos de 9 anos, residem na zona rural, fato este que confirma a discussão precedente. Em relação as que começaram a trabalhar com idade entre 10 e 14 anos, 22,19% residem na zona rural. O que se observa é que quanto mais tarde as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho, maior o percentual dessas vivendo na zona urbana. Isto leva a crer que mais tempo dedicado aos estudos pode propiciar trabalhos de melhor qualidade e remuneração, os quais são frequentemente ofertados nas zonas urbanas.

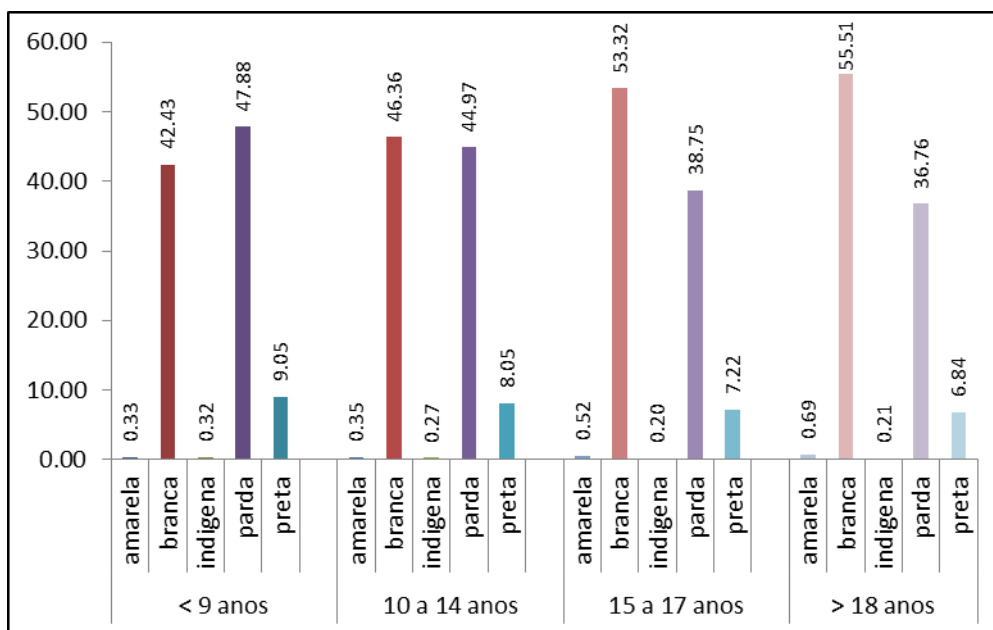


**Gráfico 5:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e a zona de residência - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

Outra variável de interesse pesquisada neste estudo foi a raça ou cor declaradas pelas mulheres no momento da pesquisa e o gráfico 6 apresenta estes resultados. Nota-se, deste modo, que independente da idade com que estas começaram a trabalhar, predomina a cor branca e parda, respectivamente.



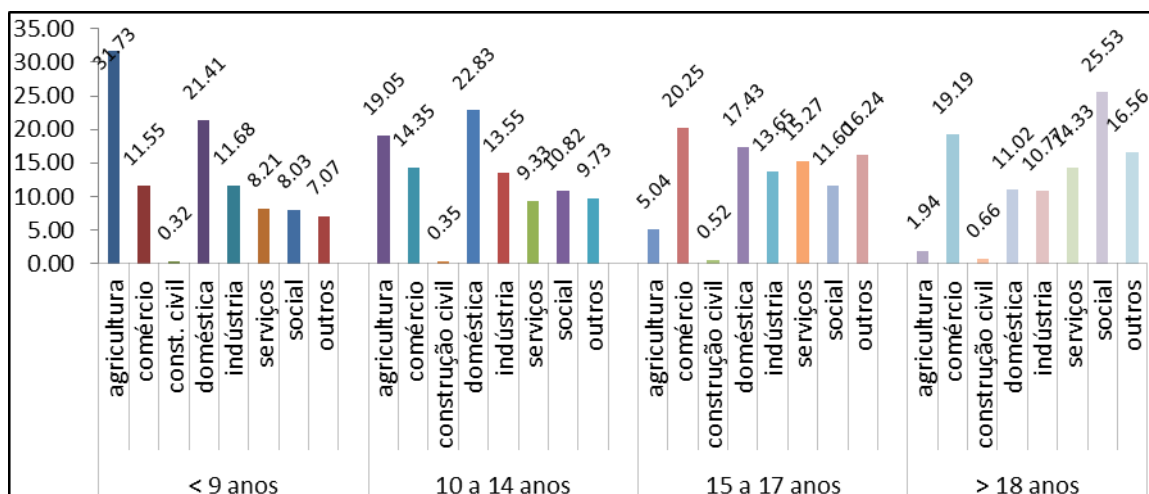


**Gráfico 6:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e a cor ou raça - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

Com relação ao setor de atividade no qual as mulheres trabalhadoras estão inseridas, pode-se constatar, através do Gráfico 7, que 31,73%, das que começaram a trabalhar com menos de nove anos, estão inseridas no setor agrícola. O que também se observa é que conforme aumenta a idade de entrada no mercado de trabalho, diminui o percentual de mulheres trabalhando no setor agrícola. Além disso, o serviço doméstico é o segundo em termos de concentração de trabalhadoras e 21,41% das mulheres que estão neste ramo de serviço começaram a trabalhar com menos de 9 anos; 22,83% começaram a trabalhar com idade entre 10 e 14 anos e 17,43% referem-se àquelas que iniciaram sua vida profissional entre 15 e 17 anos.

O Gráfico 7 permite constatar, também, que 31,73% das mulheres que começaram a trabalhar com menos de nove anos, estão inseridas no setor agrícola. O setor de atividade que mais emprega mulheres, cuja vida profissional iniciou-se entre dez e quatorze, é o setor doméstico, com um percentual de 22,83%. Nota-se, também, que o comércio é o ramo de atividade que mais contrata trabalhadoras cujo ingresso no mercado de trabalho ocorreu entre 15 e 17 anos.



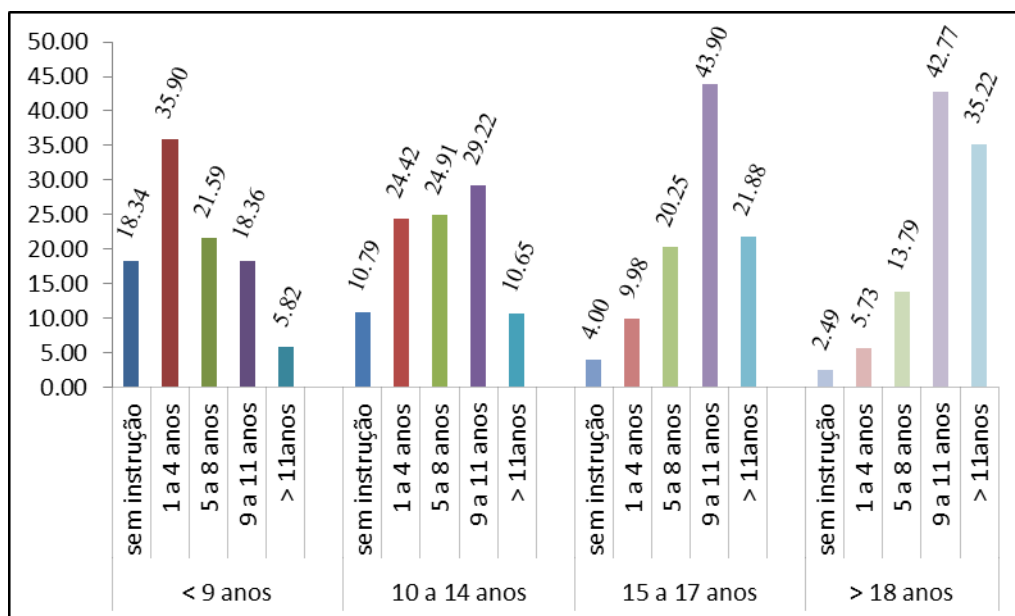
**Gráfico 7:** Total da população feminina trabalhadora, de acordo com a o ramo de atividade e a idade com que foi inserida no mercado de trabalho - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

Concentrando a atenção na população feminina trabalhadora, segundo a idade com que esta começou a trabalhar e os anos de estudo, o Gráfico 8 mostra que o maior ou o menor nível de educação depende diretamente da idade com que a mulher foi inserida no mercado de trabalho. Observou-se que 18,34% das mulheres que começaram a trabalhar com até nove anos não possuem instrução alguma. Esses índices vão decrescendo conforme aumenta a idade de ingresso nas atividades laborais: para aquelas que começaram a trabalhar com idade entre dez e quatorze anos o percentual é de 10,79%; para quem ingressou no trabalho com idade de 15 a 17 anos, apenas 4% nunca tinham estudado.

Quando se observa o nível de escolaridade correspondente ao intervalo de 1 a 4 anos de estudos, contata-se que 35,90% das mulheres que começaram a trabalhar com menos de 9 anos têm esse nível de ensino. Este percentual cai para 24,42% das que iniciaram sua vida profissional com idade de 10 a 14 anos e 9,98% das que entraram no mercado de trabalho com idade de 15 a 17 anos.

Nota-se que quanto mais cedo as mulheres começaram a trabalhar, mais baixos são os níveis de escolaridade e quanto mais tarde se deu sua inserção no mercado de trabalho, mais altos são os níveis de escolaridade. Tal fato já foi apontado por diversos pesquisadores da área de economia, para os quais a inserção precoce no mercado de trabalho ocorre, na maioria das vezes, em detrimento da escola.

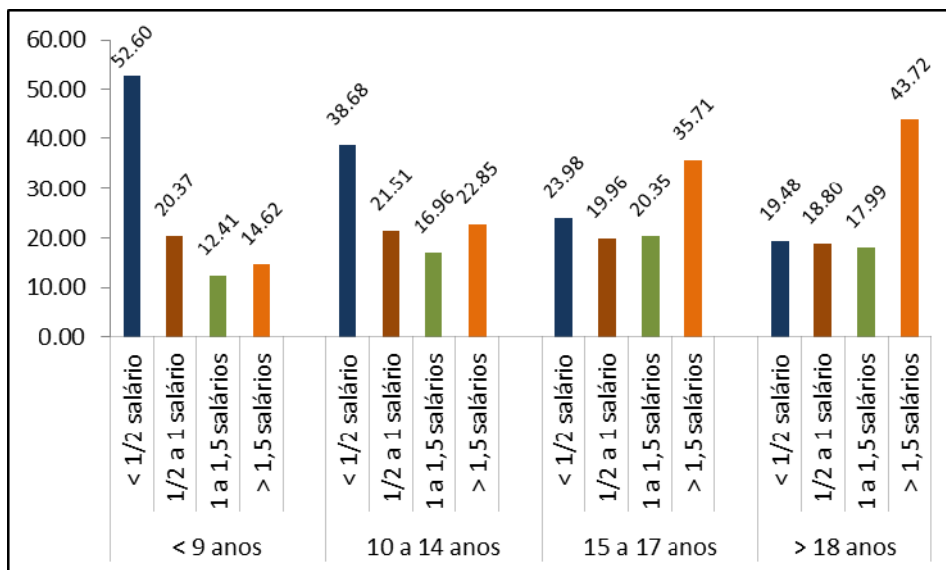


**Gráfico 8:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e o número de anos de estudo - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

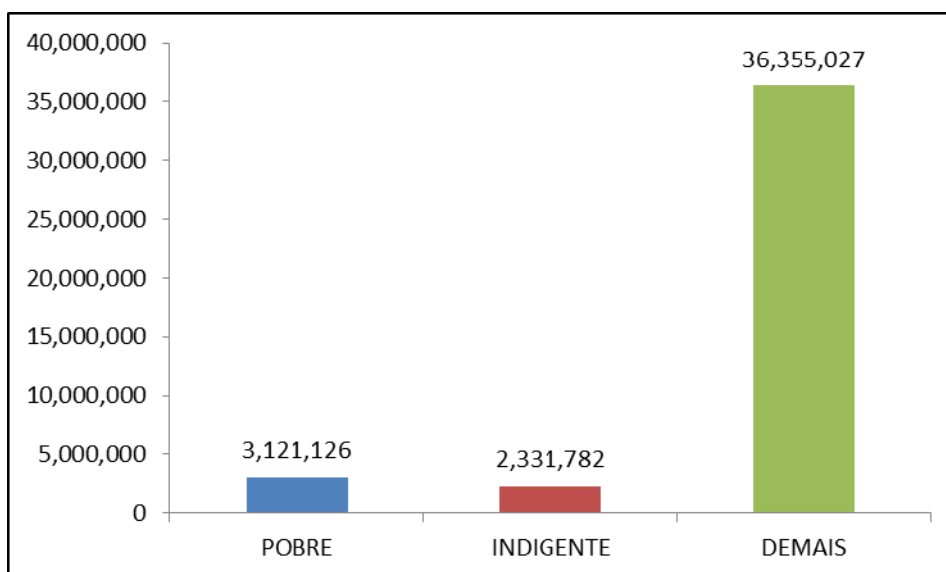
No Gráfico 9, pode-se observar que quanto mais cedo uma mulher foi inserida no mercado de trabalho menor é sua renda. Chama a atenção o fato de que 52,60% das mulheres que foram inseridas com até nove anos no mercado de trabalho possuem uma renda inferior a meio salário mínimo. Ao ter sido exposta a esta realidade com idade entre 10 e 14 anos, esse percentual cai para 38,68% e para 23,98% quando a inserção precoce no trabalho aconteceu com idade de 15 a 17 anos. Observa-se, assim, que os níveis salariais aumentam com a idade de ingresso no mercado de trabalho. Confirma-se, assim, que a inserção no trabalho infantil é fator preponderante para o nível de renda adquirido pela mulher brasileira ao longo de sua vida laboral.

Finalmente, este estudo apresenta, no Gráfico 10, o percentual de mulheres trabalhadoras vivendo em situação de pobreza e indigência. Observa-se que 7,47% do total de mulheres trabalhadoras, pertence à população pobre, ou seja, 3.121.126 mulheres. Em relação à situação de indigência, há um percentual de 5,58% ou 2.331.782 do total de mulheres brasileiras trabalhadoras.



**Gráfico 9:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e o salário recebido no mercado de trabalho - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.



**Gráfico 10:** Total de mulheres trabalhadoras vivendo em situação de pobreza e indigência - 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

#### 4. FATORES QUE INFLUENCIAM O FATO DE MULHERES TRABALHADORAS ESTAREM EM SITUAÇÃO DE POBREZA E INDIGÊNCIA

A análise estatística desta pesquisa mostrou que a inserção precoce da mulher brasileira trabalhadora, em atividades laborais, conduz a um baixo nível de escolaridade e renda. Também se pode perceber que existe um número significativo de mulheres que

vivem em situação de pobreza e indigência, mesmo em se tratando de pessoas que estão trabalhando e recebendo um retorno por este trabalho<sup>4</sup>. Em vista disso, a presente seção fará uso da análise econométrica para investigar a relação entre trabalho infantil e condições de pobreza da população ora observada.

Tendo em vista a legislação brasileira, bem como as discussões teóricas sobre o trabalho infantil apresentadas na introdução, esclarece-se que, nesta pesquisa, trabalho infantil é entendido como a inserção no mercado de trabalho com idade inferior a 18 anos. Uma vez que, na PNAD, o IBGE investiga o ingresso no mercado de trabalho para aqueles com idade igual ou inferior a 10 anos e, levando-se em conta que ao adolescente, com idade de 14 a 17 anos é permitido o trabalho na condição de aprendiz, tomou-se a decisão de subdividir as faixas etárias de ingresso no mercado de trabalho, da mulher trabalhadora, conforme pode ser visto na tabela 1.

De acordo com o exposto na apresentação da metodologia, a definição de pobreza leva em conta a carência de renda, entendendo-se como renda aquela correspondente ao salário recebido no mercado de trabalho. Neste caso, assume-se a definição colocada nas notas metodológicas da PNAD, pois o IBGE faz o levantamento: da remuneração bruta mensal recebida pelos empregados e trabalhadores domésticos; da retirada mensal (ou sua média) feita pelos empregadores e conta própria; do rendimento bruto mensal recebido como benefício pela pessoa licenciada por instituto de previdência; do rendimento em dinheiro, ou o valor estimado dos produtos ou mercadorias para os trabalhadores inseridos nas atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura; dos empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas em benefícios (alimentação, roupas, medicamentos etc.), os quais foram considerados “sem rendimento de trabalho”.

Entretanto, é sabido que alguns estudos discutem a pobreza de modo mais amplo, incluindo em sua conceituação aspectos ligados a diversas formas de privações. Kageyama e Hoffmann (2006) classificam pobres e não pobres com base em uma combinação do nível de renda e três itens básicos de infraestrutura domiciliar (água canalizada em pelo menos um cômodo, existência de banheiro ou sanitário, acesso à luz elétrica), visando incluir em sua análise um indicador de privação de bens essenciais cuja disponibilidade também depende de gastos públicos. Outras pesquisas associam a pobreza à fome, ou insegurança alimentar/nutricional, calculando a linha pobreza com base no número de calorias necessárias à sobrevivência, identificando e mensurando os bens alimentícios que, segundo os costumes de determinada população, conduzem a um nível mínimo de nutrição. Outros definem como pobres, todas as pessoas que cumprem os critérios de elegibilidade dos programas governamentais de combate à pobreza, citando-se como exemplo o Programa Bolsa Família (BUAINAIN, DEDECCA e NEDER, 2010). Algumas investigações discutem a pobreza sob a concepção de Sen (1983), o qual argumentou que o foco não deve estar na privação de bens, ou na utilidade dos mesmos, mas em algo que ele denomina como a capacidade de uma pessoa. Neste caso, a pessoa pobre seria aquela que está aquém da capacidade de participar de atividades comunitárias, ou de convenções sociais nas quais a população discute e determina seus deveres e direitos.

---

<sup>4</sup> O retorno aqui mencionado não se refere, necessariamente, a uma renda mensal, pois a PNAD considera como trabalhador também aquele brasileiro que desempenhou alguma atividade para seu próprio consumo ou em alguma construção para seu próprio uso.

Mantendo o foco da discussão sobre pobreza tendo a limitação (ou privação) de renda como principal fator, cita-se os trabalhos de Melo (2005), bem como de Ribeiro e Marinho (2012). Na mesma linha destas pesquisas está a definição adotada no presente trabalho, no qual se entende que as privações de bens, recursos, capacidades pessoais e iniciativas para acessar os bens públicos tem início na privação (ou limitação) de renda, de modo especial, a renda do mercado de trabalho.

A partir das considerações acima, apresentam-se na Tabela 1 os resultados dos efeitos marginais das regressões *probit* para a probabilidade de que mulheres trabalhadoras estejam em situação de pobreza ou indigência. Neste caso, a variável dependente assume valor 1 quando a mulher é pobre ou indigente e zero caso contrário. Quanto às variáveis explicativas, além de se ter colocado a informação de maior interesse (idade com que a mulher começou a trabalhar) incluiu-se outras variáveis que representam as características pessoais destas mulheres, assim como as características do mercado de trabalho (setor de atividade).

Nota-se, assim, que a idade, o local de residência e o número de anos de estudo afetam a probabilidade de que a mulher seja pobre ou indigente. O coeficiente da variável que representa a idade foi negativo e significativo, indicando que quando as mulheres são mais jovens esta probabilidade aumenta.

Com relação ao local de residência, mulheres residentes na zona rural têm maiores chances de serem pobres ou indigentes, quando comparadas àquelas que moram na área urbana. Melo (2004), ao apontar algumas políticas sociais de gênero comentou que o maior bolsão de indigência e pobreza é ocupado pelas trabalhadoras rurais. Para a autora, traçar políticas de gênero para o mundo rural é urgente, porque na sociedade rural a família tradicional ainda permanece como a guardiã da família e todas as diferenças entre o papel feminino e o papel masculino são mais acentuadas. Nas regiões onde predominam as atividades rurais, as mulheres vivem as piores situações, sendo que a grande maioria destas trabalha sem remuneração, enquanto que outras são trabalhadoras para próprio consumo.

Também com relação aos resultados encontrados nas regressões *probit*, nota-se que melhorias no nível de escolaridade diminuem a probabilidade de permanência nas condições de pobreza. Sobre esta questão, Mincer (1974) destaca-se por ter apresentado a proposta de um modelo que estabelece uma relação funcional entre a obtenção de escolaridade e os rendimentos do trabalho. Schultz (1973) discutiu sobre a importância da educação no desenvolvimento econômico de um país. Becker e Tomes (1979) desenvolveram um modelo que buscava entender a importância do investimento em capital humano e não-humano para a melhoria dos níveis de bem-estar dos membros de uma família.

Helfand e Pereira (2012) salientam que a educação pode gerar externalidades e, assim, alcançar não somente os indivíduos que melhoram seu nível de escolaridade, como também suas famílias e comunidades. Tal situação reduziria a probabilidade de propagação da pobreza entre gerações. Neste aspecto, a educação é considerada um fator fundamental para o crescimento econômico uma vez que permite aos indivíduos aumentar suas habilidades e, portanto, seus rendimentos. Nesse sentido, quanto maior for o nível de escolaridade dos habitantes de uma região ou país, maior será seu crescimento econômico.

Ao discutir pobreza rural e níveis educacionais, Buainain, Dedecca e Neder (2010), levantam duas questões básicas: a primeira refere-se à inserção produtiva, dado o perfil jovem que caracteriza a chefia das famílias. Os autores se questionam porque as famílias pobres, embora com potencial para a vida produtiva, não conseguem converter esta capacidade em alto nível de rendimento. Em segundo lugar, os autores afirmam que, além de fatores como moradia, atendimento a saúde e a debilidade no padrão de consumo, a baixa educação pode estar na raiz da situação da pobreza. Também pode se constituir em entrave para que a pobreza seja superada em razão das dificuldades de inserção produtiva, tanto do ponto de vista pessoal ou familiar, quanto da perspectiva de fragilidade na estrutura produtiva.

Tabela 1: Efeitos marginais das regressões *probit* para a probabilidade de que mulheres trabalhadoras estejam em situação de pobreza ou indigência - Brasil - 2009.

Variáveis	Efeito marginal	Teste z
Idade	-0,0031	-5,42*
Idade ao quadrado	6,00e-06	0,85
Área ( <i>urbano =1</i> )	-0,0519	-12,94*
Anos de Estudo	-0,0100	4,38*
<b>Cor ou raça (Branca foi excluída)</b>		
Negra	0,0368	7,83*
Amarela	0,0142	0,60
Parda	0,0449	17,94*
Indígena	0,0197	0,84
<b>Setor de atividade (setor agrícola foi omitido)</b>		
Indústria	-0,0888	-24,23*
Construção Civil	-0,0844	-7,24*
Comércio	-0,0879	-23,25*
Serviços	-0,0887	-23,44*
Social	-0,1028	-25,85*
Doméstico	-0,0637	-17,68*
Outros	-0,0842	-21,12*
<b>Idade com que começou a trabalhar (menos que dez foi omitida)</b>		
Dez a quatorze	-0,0164	-4,50*
Quinze a dezessete	-0,0219	-5,40*
Mais que dezoito	-0,0034	-0,81
Número de observações	85.870	
Teste da Razão de Verossimilhança	5.966,60*	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: \*denota significância ao nível de 1%.

No que diz respeito à cor ou raça da mulher trabalhadora em análise, somente os coeficientes que indicam as cores negra e parda foram significativos. Neste caso, o sinal positivo dos coeficientes revela que mulheres negras e pardas têm maiores possibilidades de serem pobres ou indigentes, quando comparadas às mulheres brancas.

Sobre esta questão, Bachelet (2013) afirma que a discriminação racial é um fator que mantém as desigualdades. Mais, que isso, no Brasil e em outros países da América Latina, ser mulher, pobre e negra é ser triplamente discriminada. Melo (2004, p. 6) afirma que “as mulheres negras/indígenas são o conjunto populacional que apresenta condições de vida mais adversas nas nossas sociedades”. Estas decorrem de duas fontes de discriminação social: de um lado, da maior dificuldade de mobilidade social das pessoas de raça negra/indígena e, de outro, da precariedade da inserção social no mercado de trabalho. Ser mulher, pobre e negra/indígena define uma situação socioeconômica de extrema vulnerabilidade.

Os setores de atividade no qual as mulheres estão inseridas foram aqui incluídos com variáveis de controle das características do mercado de trabalho. Assim, dado que as informações do setor agrícola foram omitidas, o sinal negativo dos coeficientes revela que mulheres trabalhadoras da indústria, construção civil, comércio, serviços, do setor social, bem como as domésticas, têm menor probabilidade de estarem em condições de miséria e pobreza, quando comparadas às trabalhadoras do setor agrícola. “A insuficiência de terra e os baixos níveis de produtividade são razões importantes da pobreza entre os agricultores no Brasil” (HELFAND e PEREIRA, 2012, p. 140). Tal situação pode ser pior para as mulheres, pois segundo o IPEA (2011) elas ocupam espaços diferenciados aos dos homens e estão sobrerrepresentadas em trabalhos precários. No setor de atividade agrícola, o trabalho destas mulheres é pouco reconhecido e elas desempenham, com frequência, as funções domésticas, ou ocupações não remuneradas.

Com relação à idade de inserção no mercado de trabalho, foi omitida a informação de quem começou a trabalhar com menos de dez anos. Nota-se que, dos três coeficientes que podem ser observados, somente o que se refere ao início no mercado de trabalho com dezoito anos, ou mais, não foi significativo. Deste modo, o sinal negativo dos outros coeficientes indica que mulheres inseridas no mercado de trabalho com idade entre dez e quatorze anos ou com idade de quinze a dezessete anos têm menores chances de serem pobres ou miseráveis quando comparadas às que começaram a trabalhar com até nove anos de idade. Fica, assim, comprovada a existência de um ciclo de autoalimentação entre trabalho infantil e pobreza para o caso das mulheres trabalhadoras. Vale lembrar que autores já citados na introdução desta pesquisa afirmam que as crianças trabalhadoras são, na sua maioria, pertencentes a famílias pobres e foram colocadas nesta condição para contribuir com uma melhoria da renda familiar. Entretanto, os resultados aqui apresentados mostram que o início precoce nas atividades laborais conduz à manutenção das condições de pobreza. Sendo assim, reduzir e combater o trabalho infantil são condicionantes para a melhoria da situação de renda e bem-estar de uma população.

Além do exposto, vale destacar o trabalho de Schwartzman (2001), segundo o qual, a prática do trabalho infantil é um fenômeno antigo, que se encontra enraizado com uma série de valores culturais bastante rígidos. Neste caso, por muito tempo a sociedade concordava ou aceitava que o ideal para as crianças e adolescentes das camadas sociais mais pobres seria aprender uma profissão o quanto antes. Deste modo, ao ingressar precocemente no mercado de trabalho, a criança passaria a contribuir para a renda familiar e evitaria a possibilidade de ingresso na marginalidade.

Do ponto de vista de Marin (2004), a maioria das pesquisas, cujo eixo temático é “trabalho infantil”, normalmente desconsidera as especificidades culturais dos diversos



grupos, as reais condições de vida das crianças e de sua família, bem como as relações de trabalho e de poder historicamente estabelecidas. Isto porque, ainda na atualidade muitas crianças são inseridas no mercado de trabalho devido ao entendimento de sua família sobre o tema. O que se observa é que, para “colaborar” com seus pais, impossibilitados de suprir o sustento da família, as crianças passam a trabalhar e contribuir com o aumento no rendimento familiar. Para estes pequenos trabalhadores não há direito de escolha, nem de recusa, como também não há tempo para a escola ou brinquedos. A lição que lhes é passada é a de que todos os esforços devem ser orientados ao trabalho para incorporar os saberes e prover os meios necessários à vida e à própria sobrevivência.

Outra questão a ser ressaltada diz respeito ao fato de que famílias pobres estão mais propensas a inserir seus filhos menores de idade no mercado de trabalho. Sendo assim, mulheres pobres e chefes de famílias são fortes candidatas à condução de seus filhos na vida laboral. Pacheco (2005) afirma que tem aumentado o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, estando a maioria delas nos segmentos mais pobres da população. Além disso, a maioria destas famílias encontra-se nos subúrbios das áreas urbanas e tem baixo acesso aos serviços públicos (saúde, educação e transporte).

Ainda com relação à pobreza da mulher, salienta-se que a trabalhadora sofre com a limitação a diversos recursos e é colocada em condição de maior risco de pobreza, uma vez que a tradicional divisão do trabalho em função do sexo atribui-lhe ocupações de baixa remuneração e/ou pouca visibilidade social (BAGOLIN, SOUZA e COMIM, 2012). Para Azeredo (2010) esta situação ocorre porque a entrada da mulher no mundo do trabalho não foi acompanhada por uma reflexão sobre a tradicional divisão das tarefas domésticas e do cuidado com a família. Segundo o Banco Mundial/CEPIA (2003, p. 92), “quando homens e mulheres compartilham a paternidade, a atenção aos filhos e as tarefas domésticas de forma mais igual, as mulheres ficam mais livres para participar da força de trabalho e para progredir no emprego”, o que poderia contribuir para a melhoria de sua renda pessoal. Ou seja, estratégias que visem reduzir a pobreza feminina devem levar em conta as discussões de gênero, assim como as reflexões sobre o papel do homem e da mulher na sociedade atual.

Para finalizar destaca-se parte da fala de Kofi Annan (2000), no discurso que apresentou o Relatório do Milênio, nas Nações Unidas:

As mulheres com filhos constituem a maioria dos pobres em muitos países. Quando as mulheres conseguem escapar à pobreza, os seus filhos parecem ter um futuro melhor, mas quando as suas possibilidades de conseguir são reduzidas, a pobreza é transmitida de uma geração para outra. Em muitos casos, as meninas apresentam taxas de abandono escolar, mais elevadas, na medida em que são as primeiras a ter de deixar a escola para ajudar no trabalho doméstico e prestar cuidados aos irmãos. No entanto, a experiência tem demonstrado que o investimento na educação das meninas e das mulheres não só promove uma maior igualdade como tende a traduzir-se diretamente numa melhor nutrição da família, em melhores cuidados de saúde, na descida da fecundidade e potencialmente numa maior autonomia econômica.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta inicial desta pesquisa consiste em uma análise da interrelação entre trabalho infantil e condições de pobreza da mulher brasileira trabalhadora. Para tanto, foram realizadas análises estatísticas descritivas de algumas características socioeconômicas da mulher que trabalha e tem idade entre 18 e 70 anos. Além disso, fez-se uso de um modelo *probit* para investigar os fatores que afetam a probabilidade de que mulheres trabalhadoras estejam em situação de pobreza ou indigência, dando ênfase à idade de ingresso no mercado de trabalho.

Os resultados mostraram que, do total de mulheres trabalhadoras, 3.121.126 pertencem à população pobre e 2.331.782 estão em situação de indigência, o que é um dado preocupante, uma vez que reduzir e eliminar a pobreza são condicionantes para alcançar o desenvolvimento econômico de uma nação.

Com relação à probabilidade de pertencimento à população pobre ou indigente, verificou-se que mulheres negras ou pardas, bem como aquelas trabalhadoras no ramo agrícola ou moradoras da zona rural têm maiores chances de serem pobres, em comparação com seus pares. O nível de escolaridade também tem forte influência sobre esta probabilidade, sendo que mulheres mais escolarizadas têm melhores oportunidades de empregos com maior renda, aumentando suas chances de sair das condições de pobreza e indigência.

O trabalho infantil, por sua vez, afeta a vida da trabalhadora de forma negativa, pois mulheres que se inseriram no mercado de trabalho com idade inferior a dez anos, ou com idade entre 10 e 14 anos, tem maior probabilidade de permanecerem pobres, ao longo de sua vida produtiva. Uma vez que a pobreza e a baixa renda familiar são as principais justificativas para inserir as crianças no mercado de trabalho precocemente, tem-se aqui, a comprovação de um ciclo de autoalimentação entre trabalho infantil e pobreza. Ou seja, meninas pobres, que iniciam suas atividades laborais precocemente, têm uma redução nas chances de serem adultas bem escolarizadas. Com isso, permanecem como trabalhadoras em atividades mal remuneradas e tem aumentada a probabilidade de permanecerem pobres.

De acordo com a OIT (2006), a pobreza e os choques econômicos têm um papel importante na determinação do mercado de trabalho infantil, que por sua vez, contribui para a perpetuação da pobreza. Dados do “Banco Mundial no Brasil mostram que a inserção precoce no mercado de trabalho reduz os ganhos ao longo da vida em cerca de 13% a 20%, aumentando significativamente a probabilidade de ser mais pobre no futuro” (OIT, 2006, p. 55).

Kassouf (2002) verificou que os adultos que começaram a trabalhar muito cedo, têm sua renda prejudicada pelo fato de terem se inserido precocemente no mercado de trabalho, pois atividades que não exigem conhecimentos ou habilidades, conseqüentemente limitam suas oportunidades, inclusive de melhores salários. Para a autora, o baixo nível educacional das crianças promove a inserção desses trabalhadores no mercado informal, sem carteira assinada, recebendo baixos salários comparados ao do mercado formal e em condições de trabalho impróprias para crianças.

Em vista disso, sugere-se a elaboração e/ou manutenção de políticas públicas ou iniciativas de âmbito privado que conduzam à redução e conseqüente eliminação do trabalho infantil, bem como ao constante aumento do nível de escolaridade da população

brasileira. De modo especial, sugere-se que estas políticas sejam voltadas para a melhoria das condições de trabalho e renda das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ANNAN, K. Discurso proferido na apresentação do Relatório do Milênio. 2000. Disponível em: <[http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/material\\_pedagogico/Pobreza.pdf](http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/material_pedagogico/Pobreza.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013.

AZEREDO, V. G.. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.

BACHELET, M.. Democracia e políticas públicas. Síntese do discurso oficial. In.: Conferência nacional de políticas para as mulheres: autonomia e igualdade para as mulheres, 3., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013.

BAGOLIN, I. P.; SOUZA, O. T. de; COMIM, F. V.. Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 2 (45), p. 387-408, ago. 2012.

BANCO MUNDIAL. CEPIA. *A questão de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <[www.cepia.org.br/doc/questao\\_de\\_genero.pdf](http://www.cepia.org.br/doc/questao_de_genero.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? *The world bank economic review*, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

BECKER, G. S.; TOMES, N.. An equilibrium theory of the distribution of income and intergenerational mobility. *The Journal of Political Economy*, v. 87, n. 6, p. 1153-1189, Dec. 1979.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>> Acesso em: 25 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. *Projeto a nova cara da pobreza rural no Brasil: transformações, perfil e desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2010. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/290/Antonio%20M%C3%A1rcio%20Buainain%20-.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

DIAS, J.; DIAS, M. H. A.. *Crescimento econômico, emprego e educação em uma economia globalizada*. Maringá: Eduem, 1999.

FERREIRA, J. C. *Trabalho infantil e a luta contra a miséria*. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/news/artigos/ler\\_artigos.php?id=661](http://www.oitbrasil.org.br/news/artigos/ler_artigos.php?id=661)>. Acesso em: 14 abr. 2011.

FLORI, P. M. *Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro*. São Paulo: FEA/USP, 2003.

GALLI, R. *The economic impact of child labour*. Genebra: ILO Decent Work Research Programme, (Discussion Paper, 128), 2001. .

GREENE, W.H. *Econometric analysis*. New York: Macmillan Publishing Company, 2003.

HELFAND, S. M.; PEREIRA, V. da F.. Determinantes da pobreza rural e implicações para a política pública no Brasil. In.: BUAINAIN, A. M. *et al. A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2012. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.16).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas sobre trabalho e rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/ 2009. Microdados*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: IPEA, 4. ed., 2011.

KAGEYAMA. A.; HOFFMANN, R.. Pobreza no Brasil: Uma perspectiva Multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KASSOUF, A. L.. *Aspectos Sócio-econômicos do Trabalho Infantil no Brasil*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. 124p.

KASSOUF, A. L. *et al.. O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21*. Brasília: OIT, 2004.

LIMA, C. G. C.. O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. *Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental*. Ribeirão Preto, 2002.

LOPES, J. L.; SOUZA, E. L. C.; PONTILI, R. M.. Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná. In.: Seminário do Trabalho:

Trabalho, Economia e Educação no século XXI, 6., 2008, Marília. *Anais...* Marília: UNESP, 2008. 1 CD-ROM.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C.. *As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil*. Agosto de 2009. Disponível em: <[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)>. Acesso em: 13 nov. 2012.

MARIN, J. O. B.. O trabalho infantil na agricultura moderna. *Revista da UFG*, v. 7, n. 1, jun. 2004, *on line*. Disponível em: <[www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)>. Acesso em: 07. dez. 2011.

MELO, H. P. de. *Gênero e Pobreza: uma agenda em debate*. Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género. Relatório Final do Projeto Governabilidad Democrática de Género en America Latina y el Caribe. Equador: CEPAL, SPM, ago. 2004.

\_\_\_\_\_. *Gênero e Pobreza no Brasil: Relatório Final do Projeto Governabilidad Democrática de Género en America Latina y el Caribe*. Brasília: CEPAL, SPM, 2005.

MINCER, J. *Schooling, experience, and earnings*. New York: National Bureau of Economic Research, 1974.

NICOLELLA, A. C. *Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil*. Piracicaba, 2006, 166f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores /IPEC*. Brasília: OIT, 2001.

\_\_\_\_\_. *O fim do trabalho infantil no Brasil: um objetivo ao nosso alcance*. Brasília: OIT, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Trabalho infantil no enfoque dos direitos humanos, do desenvolvimento, social e econômico e da democracia*. Brasília: Guia metodológico para implementação de planos de prevenção e erradicação do trabalho infantil, 2007.

PACHECO, A. L. P. de B.. *Mulheres pobres e chefes de família*. Rio de Janeiro, 2005. 250f. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio De Janeiro.

PERES, A.; BENEDICTO, N.. *A caminho da escola: 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2003.

RIBEIRO, L. L.; MARINHO, E.. Time Poverty in Brazil: Measurement and Analysis of its Determinants. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 42, n. 2, p. 285-306, abr.-jun. 2012.

SATYARTHI, K. Entrevista. *Desafios ao Desenvolvimento*, ed. 26, dez. 2006. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/26/artigo29574-3.php>> Acesso em: 10 maio 2012.

SCHULTZ, T. W. *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Trad. de M. A. de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, S.. *Trabalho Infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 2001.

SEN, A.. Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, n. 35, 1983, p. 153-169.